

PÔSTER | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PROSELITISMO RELIGIOSO NO BRASIL: interfaces entre influências políticas e o papel do Ministério Público

RELIGIOUS PROSELYTISM IN BRAZIL: interfaces between political influences and the role of the Public Ministry

Mikael Vinicius da Anunciação Lima¹

RESUMO

O Brasil é marcado pela diversidade cultural e religiosa, onde as interações entre política e religião desempenham um papel significativo na formação da sociedade. Este trabalho investiga como as influências políticas dos últimos anos, compreendidas entre o período de 2018 até o ano de 2023, contribuíram para o proselitismo religioso no contexto brasileiro, com um enfoque especial na importância da atuação do Ministério Público. Esse estudo busca abordar essas questões de maneira imparcial e analítica, considerando as diversas perspectivas envolvidas no cenário religioso brasileiro. Por meio da análise de casos específicos, da revisão da literatura acadêmica e da coleta de dados relevantes, esta pesquisa pretende oferecer uma visão abrangente do proselitismo religioso no Brasil, explorando suas implicações sociais, políticas e culturais. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para um entendimento dessas características complexas, e promover o diálogo inter-religioso e a convivência em uma nação tão rica em diversidade religiosa como o Brasil.

Palavras-chave: religião; diversidade; proselitismo;

ABSTRACT

Brazil is a country marked by cultural and religious diversity, where interactions between politics and religion play a significant role in shaping society. This work seeks to investigate how political influences in recent years, from 2018 to the present, have contributed to religious proselytism in the Brazilian context, with a special focus on the

¹Bacharel no curso de Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (2023); Formação em Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental pelo AVAMEC; Pós-graduado em Direito Previdenciário e Tributário; Graduando no curso de História pelo Centro Universitário UNIBTA; Mediador e Conciliador Judicial pela Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD); Assessor Técnico II do Ministério Público do Estado do Piauí, lotado no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania; Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: mikaelvinicios2501@gmail.com.

importance of the Public Ministry's role in regulating and preserving religious freedom. Therefore, this study seeks to address these issues in an impartial and analytical manner, considering the different perspectives involved in the Brazilian religious scenario. Through the analysis of specific cases, the review of academic literature and the collection of relevant data, this research aims to offer a comprehensive view of religious proselytism in Brazil, exploring its social, political and cultural implications. In doing so, we hope to contribute to a deeper understanding of these complex characteristics and, thus, promote interreligious dialogue and coexistence in a nation as rich in religious diversity as Brazil.

Keywords: religion; diversity; proselytism.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil passou por profundas transformações políticas e culturais, resultando em conflitos entre diferentes grupos da sociedade e prejudicando as minorias. A diversidade do país, influenciada pela colonização portuguesa, gerou desigualdades sociais, econômicas e culturais. O preconceito racial, especialmente ligado ao proselitismo religioso, é um problema significativo, com a maioria da população se identificando como cristã, sendo a maioria católica.

O Brasil, conhecido por sua diversidade religiosa, enfrenta desafios relacionados ao proselitismo, a conversão ativa de pessoas a uma fé específica, que desempenha um papel importante na configuração da paisagem religiosa. Este estudo analisa a relação entre influências políticas e proselitismo religioso, destacando o papel do Ministério Público na promoção da liberdade religiosa e na prevenção de excessos.

Por meio da análise de casos específicos, da revisão da literatura acadêmica e da coleta de dados relevantes, este trabalho visa responder como as influências políticas desde 2018 contribuíram para o proselitismo religioso no Brasil e a importância do Ministério Público nesse contexto, buscando oferecer uma compreensão abrangente das implicações sociais, políticas e culturais do fenômeno religioso no país.

2 RELIGIÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL

No reino animal, a sobrevivência é garantida pela adaptação ao ambiente. Borboletas passam por uma transformação desde a ovulação até se tornarem adultas, enquanto pássaros

nascem sem penas e dependem dos pais até desenvolverem habilidades para voar e se alimentar sozinhos. O mais extraordinário é que esse extinto de sobrevivência é repassado entre gerações, sem ajuda de nenhuma instrução, cada ser se comporta de acordo com sua espécie e ambiente. Não há questionamentos a serem levantados. E, por isso mesmo, eles não têm abertura para novas possibilidades, pois a programação biológica desses animais é completa (Alves, 2008).

Todavia, quando se trata do homem, as coisas são bem diferentes. Se os demais animais seguem uma padronização biológica em que seus hábitos são predeterminados, bem como sua aparência e alimentação, os seres humanos são previsíveis apenas no aspecto genético, todos são formados biologicamente por um par de pulmões, com orelhas e olfatos, por exemplo. Mas é possível determinar se uma criança recém-nascida gostará de legumes? Quais os gostos musicais? E como será sua personalidade? Essa é a diferença que afasta o homem dos outros animais, pois este é o seu próprio corpo, já aquele tem um corpo.

O mundo dos homens, nas palavras de Rubem Alves (2008), é uma página em branco na sabedoria que nossos corpos herdaram de nossos antepassados. Nesse sentido, é nesse movimento de criação do mundo que o ser humano desenvolve a cultura, sendo esta constituída de ideias que ultrapassam os comandos do corpo, criadas por meio da imaginação e da construção humana.

A cultura, resultante das ideias humanas, levanta a questão sobre por que os humanos desenvolveram tal complexidade além da necessidade básica de sobrevivência. Não há respostas definitivas para essa questão, mas uma explicação sugere que os humanos, ao contrário dos animais, são impulsionados por desejos, o que levou ao desenvolvimento cultural e progresso ao longo da história.

“Desejo pertence aos seres que se sentem privados, que não encontram prazer naquilo que o espaço e o tempo presente lhes oferecem. É incompreensível, portanto, que a cultura nunca seja a reduplicação da natureza. Porque o que a cultura deseja criar é exatamente o objeto desejado.” (Rubem Alves, 2008, p. 21)

Do latim *desidĭum*, o desejo é a ação e o efeito de desejar (aspirar a, sentir apetência, ter vontade de, querer). Diante disso, é correto afirmar que o homem não deseja aquilo que tem, mas o que lhe falta. Dessa forma, foi nessa busca pela satisfação da vontade que o homem achou por bem obter explicações acerca da sua existência, bem como sobre o universo em que vive, o que desencadeou o desenvolvimento de um novo extrato da cultura: a religião.

Contudo, conforme um estudo realizado por Kevin Schilbrack, publicado originalmente em 28 de março de 2022 na The Stanford Encyclopedia of Philosophy:

“Religio também se aproxima de “conscienciosidade”, “devoção” ou “obrigação sentida”, pois religio era um efeito de tabus, promessas, maldições ou transgressões, mesmo quando não relacionados aos deuses. Na antiguidade ocidental, e provavelmente em muitas ou na maioria das culturas, havia o reconhecimento de que algumas pessoas adoravam deuses diferentes com compromissos incompatíveis entre si e que estas pessoas constituíam grupos sociais que poderiam ser rivais” (Kevin Schilbrack, 2022, p. 2).

Por noutro lado, de acordo com Hume (2004), é incontestável que há 1700 anos a humanidade era politeísta. Assim sendo, o sistema de crença adotado era baseado em diferentes divindades, em que eram admitidas as existências de múltiplos deuses, geralmente cada um ligado a determinado fator da natureza: deus do sol, deus da chuva e etc.

Hume ainda assevera que o surgimento da religião se deu a partir de duas premissas: o *medo* e a *ansiedade*:

“A religião primitiva da humanidade surgiu principalmente de um medo dos acontecimentos futuros [...] Uma vez que um terror infundado se apodera do espírito, a imaginação entra em ação e multiplica ainda mais o número de objetos terrificantes” (David Hume, 2004, p. 107).

Em suma, as evidências apresentadas pelo filósofo indicam que o surgimento da religião não está intrinsecamente ligado à natureza humana, e sim do medo gerado a partir de um determinado fator natural e inexplicável que causa no homem um estado de ansiedade, sendo essa preocupação a força motriz da afloração da espiritualidade.

2.1. O FENÔMENO DA RELIGIÃO SOB O PRISMA HISTÓRICO E FILOSÓFICO

Para entender o fenômeno religioso, é essencial examinar seu desenvolvimento ao longo da história, considerando marcos históricos e filosóficos. Isso é crucial devido à diversidade de religiões em diferentes épocas e à necessidade de uma abordagem reflexiva sobre o assunto. Mayara Dionizio, em "História das Religiões", destaca essa perspectiva.

“Do mesmo modo que podemos pensar que a história só consegue ser pensada e problematizada a partir de um posicionamento crítico/reflexivo, próprio à filosofia, a filosofia só pode se compreender em seu desenvolvimento a partir da organização histórica da filosofia e dos contextos periódicos da história de modo mais geral. Por isso, para pensar a religião a partir de seu desenvolvimento, contexto e fenômeno, é necessário pensá-la por meio da história e da filosofia de forma correlacional” (Mayara Dionizio, 2020, p. 14).

Considerada como o berço das civilizações, a sociedade grega foi uma das responsáveis pela disseminação da influência religiosa, visto que as crenças representavam uma das forças dominantes de organização cultural e social (Jaeger, 1995). Naquele período o politeísmo tinha grande valor cultural e de crença, mesmo diante do crescente pensamento filosófico ali difundido.

A título de exemplo, têm-se os deuses do Olimpo, os quais eram as principais divindades. O primeiro deles, Zeus, nascido na ilha de Creta, era filho mais novo de Cronos e Reia e era considerado o deus supremo dos céus. Hera, irmã e esposa de Zeus, era considerada a rainha dos deuses e conhecida como a deusa da maternidade, das mulheres e do casamento. Poseidon, por sua vez, era irmão de Hera e Zeus, bem como era detentor dos mares, das tempestades e dos terremotos.

Sob o prisma filosófico, na obra *A república*, Platão preconizava sobre a existência de um mundo inteligível, aquele das ideias trazidas pela alma fora do tempo e do espaço, e um mundo concreto e sensível, aquele que se acessa por meio dos sentidos (olfato, paladar, audição, tato e visão). E o mais interessante é que o filósofo não abandonava a possibilidade de existência de algumas divindades (Platão, 1987).

Ainda nas palavras de Mayara Dionizio (2020), Tomás de Aquino (1225-1274), ressignificou a teoria aristotélica de que a essência das coisas consistia em suas formas – categorizadas em causa formal, causa eficiente, causa final e causa material – e buscou pensar nessas causas formais unindo-as em relação à comprovação da existência de Deus. Tais ideias foram de suma importância para a consolidação do cristianismo como religião, tendo em vista a disputa com o islamismo no contexto das Cruzadas.

A religião, em particular o cristianismo, desempenhou um papel central na motivação, organização e justificação das Cruzadas. Runciman (2003), argumenta que a religião foi uma força poderosa que mobilizou os cristãos europeus a se engajarem nas Cruzadas, apresentando a luta pela Terra Santa como uma causa sagrada. As cruzadas foram promovidas como uma peregrinação armada para recuperar os locais santos do cristianismo, especialmente Jerusalém, que havia caído sob domínio muçulmano.

Além disso, influenciou não apenas os líderes políticos e militares, mas também a sociedade em geral, moldando as mentalidades e as atitudes em relação aos muçulmanos e outras religiões. A ideia de guerra santa, combinada com o fervor religioso da época, levou muitos a se engajarem nas Cruzadas como uma expressão de devoção religiosa e busca pela

salvação espiritual.

Durante a Idade Média, a religião viveu o ápice de sua força e influência, tanto no plano espiritual – fundamento de toda a vida social – como no plano material, visto que a economia, a arte e o conhecimento científico eram utilizados com finalidades religiosas, além da grande concentração de bens móveis e imóveis que a Igreja adquiriu nesse período através de doações dos fiéis.

Assim sendo, a fé era o fundamento de vida da sociedade medieval, bem como foi exclusivamente responsável pela criação de padrões éticos de conduta baseados em dogmas cristãos. Em consequência disso, a Igreja ainda era responsável pela administração da justiça, oportunidade em que os julgamentos eram realizados à luz dos textos sagrados.

Diante de tamanho poder e de tanta influência, no Século XVI a Igreja passou a ser questionada acerca de algumas práticas desarrazoadas, sobretudo à cobrança de indulgências. Esse grupo revolucionário causador dessa onda de tensões mais tarde ficou conhecido como movimento protestante, liderado por João Calvino e Martinho Lutero, os quais através da edição de 95 teses iniciaram a Reforma Protestante (Dionízio, 2020).

2.2. BREVE PANORAMA DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL

O Brasil, um país de dimensões continentais, destaca-se pela rica e complexa diversidade religiosa. Ao longo de sua história, o território brasileiro foi palco da convergência e convivência de diversas tradições espirituais, moldando uma paisagem religiosa multifacetada e dinâmica. Tal diversidade tem suas raízes na colonização, quando as intenções dos povos indígenas se retornaram com a fé trazida pelos colonizadores portugueses. Holanda (1995), assevera que os portugueses foram os portadores naturais da missão de colonizar o Brasil. Esse encontro de culturas deu origem a uma riqueza de práticas religiosas, desde as tradições indígenas até os rituais católicos.

Ao longo dos séculos, uma chegada forçada de africanos escravizados contribuiu para a introdução de sistemas de integração oriundos do continente africano. Surgiram assim as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, que se entrelaçaram com as crenças já existentes, formando uma teia única de espiritualidade.

Com o tempo, a imigração também desempenhou um papel significativo na diversidade religiosa do Brasil. As comunidades de imigrantes europeus, asiáticos e do Oriente Médio

trouxeram suas próprias práticas e tradições, enriquecendo ainda mais o panorama religioso nacional. Todavia, Ortiz (1999), ensina que a diversidade presente no mundo antes do século XV era maior do que a existente hoje, uma vez que muitas línguas, crenças e culturas foram extintas com o colonialismo, o imperialismo e a industrialização.

No cenário contemporâneo, há uma convivência notável entre grandes religiões mundiais, como o Cristianismo em suas várias formas e o Islamismo, e expressões religiosas autóctones, como as indígenas e afro-brasileiras. Além disso, surgem novos movimentos espirituais e religiosidades alternativas, refletindo mudanças sociais e culturais. Apesar de desafios de intolerância, a liberdade religiosa garantida pela Constituição permite a expressão e prática das crenças individuais. Essa coexistência reflete a capacidade do Brasil de abraçar sua diversidade religiosa como parte de sua identidade nacional, enriquecendo o panorama espiritual e demonstrando a habilidade da sociedade de conviver harmoniosamente com suas diferenças religiosas.

3 RELIGIÃO E POLÍTICA

A diversidade do Brasil, decorrente da colonização portuguesa, resultou em desigualdades sociais, culturais, econômicas, políticas e religiosas, sendo uma herança histórica. O país enfrenta diversas formas de discriminação, incluindo o preconceito racial ligado ao proselitismo religioso, com a maioria da população se identificando como cristã, sendo 65% católicos e 22% evangélicos, de acordo com dados do IBGE de 2010. O proselitismo religioso desempenha um papel significativo na configuração da paisagem religiosa brasileira, refletindo uma expressão complexa e multifacetada.

O Estado tem o dever de garantir a implementação de ações para concretizar os direitos estabelecidos na Constituição, assegurando sua efetivação na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros.

Política, por sua vez, é o termo utilizado para descrever o contexto político-institucional no qual os processos sociais se desenvolvem. Essa dimensão institucional engloba tanto as regras formais, como estatutos e regulamentações, quanto as normas informais, como cultura e hábitos, que exercem influência sobre o comportamento das pessoas de diversas maneiras (Frey, 2000).

Para Bobbio (2002), a política refere-se à atividade humana externa para a obtenção e

preservação dos recursos necessários para o exercício do poder sobre os seres humanos. Convém mencionar que não se pode pensar nas políticas públicas como um campo alheio ao estudo da política:

A vida, em todas as suas dimensões, é um ato político. Até mesmo sem querer, os sujeitos são seres políticos, mesmo que afirmando a despolitização. Os cidadãos elegem políticos guiados pela perspectiva de que suas futuras atitudes, enquanto eleitos, sejam planejar e programar boas ações públicas em diversos setores. (Lima, Caroline C, 2019, p. 18).

Diante dessas explanações, observa-se que a religião afeta diretamente o campo da política, sendo esta capaz de modificar o cenário de uma sociedade, bem como é responsável pelos valores e princípios de uma determinada população. No Brasil, os reflexos das crenças nos valores da sociedade são bastante expressivos, visto que grande parte dos cidadãos brasileiros pertence à religião cristã, o que corrobora para a prática do proselitismo.

O proselitismo religioso refere-se à tentativa de convencer, persuadir ou converter indivíduos a aderirem a uma determinada fé ou crença religiosa. Os resultados dessa prática no Brasil são variados e podem ser analisados sob diferentes perspectivas.

No âmbito da liberdade religiosa, um dos princípios fundamentais da democracia, o proselitismo religioso tem o potencial de promover a diversidade de reflexão e o pluralismo religioso. No entanto, também pode gerar conflitos e tensões entre grupos, especialmente quando praticados de forma agressiva ou coercitiva. O respeito mútuo e a tolerância religiosa são essenciais para manter a harmonia na sociedade.

Além disso, pode influenciar a política e a tomada de decisões em diferentes níveis. Grupos religiosos organizados muitas vezes têm influência política e podem buscar promover suas opiniões e valores em políticas públicas, incluindo temas políticos como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e educação sexual. Isso pode gerar debates acalorados e polarização na sociedade.

3.1. INFLUÊNCIAS POLÍTICAS NO PROSELITISMO RELIGIOSO

A interação entre influências políticas e práticas proselitistas no Brasil tem sido um tema relevante, revelando situações emblemáticas que moldam o cenário religioso do país. Alguns casos notórios destacam-se nesse contexto, ilustrando a complexidade das relações entre poder

político e religioso.

Um exemplo histórico é o uso político da religião durante a ditadura militar (1964-1985), quando o regime buscava apoio de setores conservadores da sociedade, muitas vezes aliando-se a lideranças religiosas para legitimar suas ações. Nesse período, ocorreram episódios em que determinadas igrejas eram favorecidas em troca de apoio político, influenciando as práticas proselitistas e contribuindo para a formação de alianças entre líderes religiosos e autoridades governamentais.

Nesse contexto, a religião desempenhou um papel significativo como uma força ideológica e mobilizadora. A Igreja Católica, por exemplo, foi uma das instituições que se envolveram ativamente na resistência à ditadura, defendendo os direitos humanos e criticando as violações cometidas pelo regime. Ao mesmo tempo, algumas lideranças religiosas foram cooptadas pelo governo ou adotaram uma postura de colaboração, contribuindo para a legitimação do regime (Schwarz, 1999).

Outro caso emblemático envolve a ascensão de alguns líderes religiosos ao poder político, como parlamentares ligados a igrejas evangélicas que utilizam sua influência para promover pautas conservadoras e influenciar políticas públicas. Essa articulação tem impacto direto no cenário religioso, moldando debates sobre temas como educação, saúde e direitos individuais.

No Brasil, o princípio da laicidade do Estado nas políticas públicas nem sempre é aplicado de forma efetiva. Decisões governamentais sobre questões éticas e morais muitas vezes refletem influências religiosas, gerando debates acalorados e afetando a vivência religiosa da população. O Ministério Público, como uma instituição de grande relevância na sociedade, deve atuar de forma preventiva contra a desigualdade religiosa nesse contexto.

Além disso, uma abordagem teórica amplamente reconhecida, o Neoinstitucionalismo, destaca o papel das instituições na organização e estrutura da sociedade, enfatizando como elas moldam o comportamento humano e as interações sociais, tanto formal quanto informalmente.

O estudo "Comportamento ou instituições" de Paulo Sérgio Peres (2009) delinea o movimento Neoinstitucionalista em três vertentes. A primeira enfatiza as instituições como "regras do jogo", sugerindo que Ministérios podem alterar essas regras, impactando práticas discriminatórias no Brasil. A segunda vertente, o Neoinstitucionalismo histórico, observa como eventos passados e escolhas institucionais moldam o presente, destacando como a intolerância religiosa evoluiu ao longo do tempo. A terceira vertente, a sociológica, indica que as instituições

influenciam as relações sociais, incluindo entre os atores políticos. Políticas públicas podem afetar o cenário religioso através do financiamento de eventos e projetos culturais religiosos, podendo favorecer determinadas práticas proselitistas e gerar desigualdades entre grupos religiosos.

Desde 2018, durante a candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência, a religião e os templos cristãos têm sido alvos de campanhas políticas no Brasil. Líderes como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, foram proeminentes no apoio à candidatura. Segundo matéria do jornal "O Globo" de outubro de 2018, Malafaia afirmou ter sido um dos líderes religiosos que mais apoiaram Bolsonaro por meio de vídeos.² A mesma matéria pontua que o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, anunciou no Facebook sua predileção por Bolsonaro. Dois dias depois, durante um culto em que celebrava seu aniversário de 84 anos, foi a vez do pastor José Wellington Bezerra, presidente da Assembleia de Deus, a maior congregação evangélica do país: "De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder".

Em pesquisa realizada pelo IBOPE, de 11 de setembro de 2018, constatou-se que Bolsonaro tinha 33% das intenções de votos entre os evangélicos, sendo que na nova pesquisa de 01 de outubro do mesmo ano, esse número aumentou para 41%. Somadas essas informações com os dados apresentados pelo IBGE no Censo de 2010, de que os cristãos são 86,8% do Brasil, sendo os católicos 64,6% e evangélicos 22,2%³, resta-se indiscutível que a religião no Brasil possui relevante influência no cenário político. Em síntese, esses casos emblemáticos de influências políticas em práticas proselitistas no Brasil destacam a interação complexa entre poder político e religioso. A utilização da religião como ferramenta política pode impactar diretamente as políticas públicas, moldando debates e decisões que reverberam no cenário religioso nacional. É fundamental manter um equilíbrio entre a liberdade religiosa e a laicidade do Estado para assegurar uma convivência democrática e plural.

4. ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público, conforme estabelecido na Constituição Federal, tem a responsabilidade de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e

² O GLOBO. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. Publicado em 08 de outubro de 2018.

³ Veja. O IBGE e a religião. Publicada em 29 de junho de 2012.

individuais indisponíveis, incluindo a promoção da igualdade e liberdade religiosa. Nos últimos anos, houve um aumento nos casos em que o Parquet é chamado para proteger a liberdade de consciência, crença e não crença, exigindo que o Estado mantenha sua imparcialidade em relação a todas as manifestações religiosas ou não religiosas.

A instituição desempenha um papel crucial no combate à desigualdade religiosa, zelando pela proteção dos direitos fundamentais e pela promoção da conscientização sobre a importância da diversidade religiosa. Além disso, atua na fiscalização da aplicação de políticas públicas que visam promover a igualdade religiosa, colaborando para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

Em suma, as atribuições do Ministério Público no combate à desigualdade religiosa são amplas e essenciais para a construção de uma sociedade justa e respeitosa com a diversidade religiosa.

5 CONCLUSÃO

Em suma, a presente pesquisa buscou analisar as complexas interações entre o proselitismo religioso no Brasil, as influências políticas e o papel desempenhado pelo Ministério Público nesse contexto. Ao longo deste trabalho, evidenciamos casos emblemáticos que ilustram a interconexão entre poder político e práticas proselitistas, desde episódios históricos até a contemporaneidade, com líderes religiosos ocupando espaços políticos relevantes.

O entendimento da relação entre influências políticas e proselitismo religioso é essencial para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e jurídicas no país. Os exemplos apresentados ressaltam a importância de se manter um equilíbrio entre liberdade religiosa e a laicidade do Estado, aspecto que se torna ainda mais crucial em uma sociedade marcada por uma diversidade religiosa significativa.

A análise do papel do Ministério Público demonstrou sua relevância na defesa dos princípios constitucionais, na promoção dos direitos fundamentais e na mitigação de práticas discriminatórias. A atuação desta instituição é vital para assegurar a pluralidade religiosa e garantir que as políticas públicas estejam alinhadas com os princípios de equidade, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. O que é religião? São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em 22 de novembro de 2023;
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2023;
- JORNAL DA UNESP. Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-algbt-no-brasil>. Acesso em 25 de outubro de 2023;
- Dionizio, Mayara, et al. História das Religiões, 2023. Grupo A, 2020. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/clientes/estacio/>, Acesso em: 16 de dezembro de 2023;
- EXAME.COM. Um perfil dos cristãos do Brasil em 11 números. Disponível em: <https://exame.com/brasil/um-perfil-dos-cristaos-do-brasil-em-11-numeros/>. Acesso em: 18 de novembro de 2023;
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995;
- HUME, David. História natural da religião. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XA9_PJK5vpAC&oi=fnd&pg=PA5&dq=historia+da+religi%C3%A3o . Acesso em 30 de novembro de 2023;
- REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR. A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na bíblia. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/homossexualidade-e-o-cristianismo>. Acesso em: 30 de novembro de 2023;
- RUNCIMAN, Steven. História das Cruzadas Vol. III: O Reino de Acre e as últimas cruzadas. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2003;
- O GLOBO. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. Publicado em 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 23 de março de 2024;
- ORTIZ, R. Diversidade cultural e cosmopolitismo. Revista de cultura e política, no. 47, 1999. Disponível em: <<http://www.cedec.org.br/equidade-cosmopolita---ano-1999---no-47>>. Acesso em: 25 de outubro de 2023;
- Schwarz, Roberto. Sequências Brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;
- Paulo Sérgio Peres. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política, Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 01, pág.1-20, março de 2009;

VEJA. O IBGE e a religião. Publicada em 29 de junho de 2012. Disponível em:
<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>. Acesso em 21 de janeiro de 2024.